

Economia solidária e geração de renda na agricultura familiar: o caso do instituto chão

Solidarity economy and income generation in family farming: the case of the ground institute

Eduardo Figueiredo^{1*}, Adriana Estela Sanjuan Montebello ¹2, Luiz Antonio Cabello Norder ²1

RESUMO

Neste trabalho realiza-se uma análise do desenvolvimento rural dos agricultores participantes de relação comercial com o Instituto Chão com o objetivo de verificar a maior diversificação de rendimentos nessa produção. Foram estudados 20 agricultores que comercializam diretamente com o Instituto Chão através da metodologia qualitativa e quantitativa de saturação e repetição dos atores envolvidos e realização de entrevistas semiestruturadas. Os resultados demonstram que os agricultores familiares tiveram uma melhoria de renda, aumento da inclusão de mão de obra familiar no campo, aumento diversidade nos cultivos, ampliação de investimento na propriedade, economia solidária e produção de alimentos com técnicas e procedimentos da agricultura agroecológica. Argumenta-se que os canais de comercialização como associações\cooperativas e feiras livres estão se tornando um mecanismo de venda muito relevante para os agricultores familiares.

Palavras-chave: Economia Solidária; Canais de Comercialização; Desenvolvimento Rural; Cooperativismo.

ABSTRACT

In this work is done an analysis of the social and rural development of farmers that take part in a commercial relationship with Instituto Chão with the objective of verifying the improvement of income in this production. Twenty farmers that commercialize directly with Instituto Chão were studied through the qualitative and quantitative methodology of saturation and repetition of actors who were involved and the realization of semi-structured interviews. The results demonstrated that the family farmers had some improvement in income, a bigger inclusion of family labor in the field, increase of cultivation diversity, enlargement of investment in property, solidarity economy and production of food with techniques and processes of organic agriculture. It is argued that the commercialization channels as associations/cooperatives and free fairs are becoming a mechanism of sale very relevant for the family farmers.

Keywords: Supportive Economy; Commercialization Channels; Rural Development; Cooperativism.

¹Universidade Estadual de Campinas

*E-mail: e203692@dac.unicamp.br

²Universidade Estadual de São Paulo

³ Wageningen University And Research Centre

INTRODUÇÃO

A discussão sobre o desenvolvimento rural dos agricultores e melhoria de renda entre agricultores familiares é encontrada em trabalhos como de Niederle (2011), Meneghetti (2017) e Beckett (2019), que dissertam que o crescimento econômico do produtor rural é obtido por meio de cultivos diversificados, que o auxiliam a ter uma renda em diferentes épocas; ações cooperativas; aumento da produtividade e maior soberania alimentar para estas famílias.

Dessa maneira, o aumento de renda dos agricultores é alcançado muitas vezes através de uma produção diversificada e adaptada às estações do ano. Em uma monocultura, é estabelecido somente um único cultivo, em larga extensão de terra e com maquinários de grande porte, além do uso de adubação química e agrotóxicos. Através de produções menores, com plantios que usam métodos da agroecologia e, com base em princípios da economia solidária, os agricultores familiares constatarem que as práticas de múltiplos cultivos geram um avanço significativo da diversificação de rendimentos nas suas produções. Ademais, autores como Silva (2018) e Canepelle (2018) citam que a agricultura familiar contribui significativamente para a riqueza produtiva do setor rural do país. Nessa mesma perspectiva, Nodari (2015) e Farina (2017) ressaltam que o aumento de renda no campo leva a uma redução da pobreza, melhora a nutrição, as condições de vida e facilita o desenvolvimento sustentável de forma equânime, justa, social e ambiental.

Com isso, Nodari (2015) e Farina (2017) discutem a importância da agricultura familiar como fator de desenvolvimento econômico, social e de autonomia desses trabalhadores. Assim, como o progresso de renda no campo reverte como benefício para essa população, no quesito da própria alimentação, há mais recursos para se investir no campo e condições sociais mais solidárias e justas. Destaca-se que a agricultura familiar emprega grande quantidade de trabalhadores no campo e proporciona maior diversidade produtiva e renda, o que resulta em melhores condições de vida (IBGE, 2017). Neste sentido, Silva (2018) e Canepelle (2018) convergem em suas pesquisas, sobre a importância do desenvolvimento econômico dos agricultores através de uma produção que priorize avanços na área social, econômica e ambiental.

Deste modo, o presente artigo sobre desenvolvimento rural e canais de comercialização justifica-se como um instrumento para averiguar as características

específicas dos agricultores no município de Cristina (MG) e do assentamento Bela Vista Iperó (SP); por meio dessa análise, é possível conhecer a renda familiar, a unidade produtiva, o acesso às políticas públicas e às feiras livres. A composição familiar inclui variáveis como a renda, uso da mão de obra e número de pessoas que trabalham no estabelecimento e sua inserção na estrutura de classes. Outra característica importante de análise do desenvolvimento rural é a unidade produtiva, que permite avaliar as principais culturas, o destino da produção e as formas de comercialização. Além disso, também é verificado o acesso às políticas públicas, à Bolsa Família e aos programas de comercialização institucional, principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, o artigo analisará os programas de comercialização, a importância das feiras livres e associações, a melhoria de renda, investimento na propriedade e redes de cooperação entre agricultores e cooperados.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral apresentar e analisar o desenvolvimento rural com base em estratégias de espaços urbanos, utilizando o Instituto Chão e seus processos de comercialização e beneficiamento em assentamentos rurais e cooperativos. Os objetivos específicos são: a) apresentar e analisar o desenvolvimento rural dos agricultores participantes do Projeto do Instituto Chão e b) avaliar se a participação neste projeto contribui para a indicação de uma avaliação de “quanto e como” houve melhoria da renda familiar devido à venda de produtos por meio de uma rede comercialização solidária. Os métodos de pesquisa utilizados foram o qualitativo e quantitativo. No processo planejado de investigação, iniciou-se o levantamento das perguntas e questionamento do trabalho, na coleta de dados foram utilizados 20 formulários de acordo com os atores envolvidos e a análise e interpretação dos dados da pesquisa fez-se por meio da literatura, gráficos, tabelas e depoimentos.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. No item dois são abordados o Referencial Teórico e os Procedimentos Metodológicos, no item três serão discutidos os Resultados e Discussão e no item quatro a Conclusão.

Referencial Teórico e Metodológico

Referencial Teórico sobre Economia Solidária, Políticas Públicas e Instituto Chão

A economia solidária contribui para a reprodução socioeconômica, em contraponto com o dos mercados convencionais, e também para a reprodução socioeconômica dos agricultores familiares. Assim, (Figueiredo; Montebello; Norder, 2020) sugere que a economia solidária acrescenta uma excelente ferramenta para iniciativas que atuam como intermediárias na promoção de ações e práticas que gerem benefícios e adesão de grupos. Brandão (2016) argumenta que o aumento da produção das mais variadas culturas na agricultura familiar reorganiza a cadeia produtiva e estimula a constituição de relações de comercialização mais amplas. O acesso às políticas públicas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) permite créditos aos agricultores familiares com juros mais baixos. Como retrata Bezerra (2020), a implementação de ações públicas e crédito rural se torna uma ferramenta importante para o aumento da produção, a melhoria da renda e o desenvolvimento rural. Assim, uma comercialização solidária e o diálogo com vários atores envolvidos permitem a transformação das relações entre quem produz e quem comercializa.

O diálogo estabelecido a partir dos anos 1990, entre diferentes expressões de crítica ao modelo de agricultura e desenvolvimento rural hegemônico no Brasil e uma concepção abrangente de segurança alimentar e nutricional, que não se restringia, unicamente, ao acesso ao alimento, possibilitou que questões relacionadas à necessidade de transformação da matriz produtiva da agricultura familiar fossem incorporadas ao processo de formulação do PAA (GRISA, 2011, p.34)

As políticas públicas supracitadas são de grande importância para a constituição dessas práticas produtivas e para o aumento de renda dos agricultores, uma vez que esses programas acolhem uma ampla variedade de produtos para a comercialização.

Como citam Guanziroli (2007), Gazolla (2013) e Solano (2017), a criação de programas de comercialização dá-se por uma reivindicação histórica de políticas públicas para os agricultores familiares, que anteriormente não tinham nenhum instrumento de ajuda para financiamento e auxílio de aumento de renda.

Tendo em vista essa particularidade de comercialização, o acesso aos programas de comercialização via políticas públicas passa a ser uma necessidade constante para o

agricultor familiar e contribui para o fortalecimento da produtividade e a comercialização dos agricultores (VALADARES, 2012).

Dessa maneira, o agricultor familiar percebe uma necessidade constante em conectar-se com estes programas de comercialização (ASSIS, 2006). Entretanto, muitas vezes, por não ter condições, dinheiro suficiente para financiar os empréstimos e nem renda suficiente para ampliar sua produção e investimento na propriedade, o agricultor não consegue acesso a esses programas.

Sambiuchi (2014) e Grisa (2015) apontam que os agricultores familiares são prejudicados pelos atrasos e as constantes discontinuidades no acesso às políticas públicas e aos recursos destinados aos participantes do PRONAF, PAA e PNAE, os obrigando a procurar novos mercados para escoar e vender a sua produção. Os autores retratam a dificuldade que muitos agricultores familiares encontram para acessar os créditos dos programas de comercialização e, principalmente, para atender aos requisitos que muitas vezes são alterados no decorrer das compras, levando assim perdas para esses agricultores que têm uma produção pequena. Com a redução das políticas públicas em relação aos agricultores familiares, como retratam os trabalhos de Moreira (2014), Medina (2014), Grisa (2014), os pequenos produtores buscam novas formas de comercialização e condições de permanência no campo.

Sendo assim, os programas de comercialização como o PRONAF, o PAA e o PNAE têm importância significativa para os agricultores familiares, apesar das dificuldades de acesso e adesão. Desse modo, os programas governamentais de incentivo à agricultura alimentar almejam a integração do agricultor familiar aos procedimentos do agronegócio, que abrangem requisitos produtivos e de infraestrutura rural inacessíveis para os recursos e investimentos que a produção familiar comporta. Portanto, as feiras livres e associações representam uma alternativa para a produtividade e renda dos agricultores que cultivam manejos voltados à biodiversidade, desenvolvimento local e o fortalecimento da rede de produtores e consumidores.

Com isso, as feiras livres e associações constituem uma lógica de comercialização que respeita o ritmo de desenvolvimento da agricultura familiar e prioriza o agricultor familiar que não tem na sua propriedade tecnologia e assistência técnica das grandes monoculturas, trazendo equilíbrio entre a gestão do empreendimento, viabilidade econômica e fortalecimento da rede de produtores e consumidores. Trabalhos recentes

afirmam que relações organizacionais que buscam uma relação mais equânime entre produtores e atravessadores possibilitam aumento da produção e maior rendimento, além de um movimento que traga melhor qualidade de vida para os pequenos produtores, assim como a justiça social e econômica (COELHO, 2015; CANEPELLE, 2018; SILVA, 2019).

Neste contexto, o Instituto Chão, uma associação sem fins lucrativos que trabalha com a economia solidária, autogestão e comércio justo, comercializa produtos orgânicos e artesanais pelo preço definido pelo produtor, com o objetivo de eliminar do preço final os custos do ponto de venda. Segundo Alvez (2016), o Instituto Chão atende às novas necessidades de produtos e serviços que são criados por alguns consumidores com conhecimento sobre o consumo sustentável e agroecologia.

Portanto, o Instituto vende seus produtos pelo mesmo valor que compra dos agricultores familiares, e a sua renda advém de contribuições de seus clientes “auxiliares na distribuição de renda” que através de doações espontâneas e voluntárias de 30% ou 35% sobre os que compram contribuem com a permanência do projeto, buscando conscientizar todos que compram e que contribuem para que esse valor possa possibilitar que outras famílias de baixa renda possam comprar também esses produtos.

Procedimentos Metodológicos

Com o intuito de compreender a relação entre agricultores familiares e a Associação do Instituto Chão, que fica na Rua: Harmonia, 123 – Vila Madalena, São Paulo – SP, 05451-000, este artigo pode ser caracterizado como descritivo e exploratório, na perspectiva de especificar determinado fenômeno. Assim, o presente artigo também é um estudo de caso, que segundo Yin (2001), tem sido recomendado para elucidação das proposições ou hipóteses que estão sendo examinadas.

Em relação à abordagem, essa pesquisa é detalhada tanto de forma quantitativa quanto qualitativa, utilizando formulários sobre o Perfil Socioeconômico dos Agricultores Familiares e sobre a Renda Familiar, os quais foram elaborados por meio de formulários semiestruturados, e a análise e interpretação desses dados fizeram-se por meio de gráficos, tabelas e depoimentos que captam a percepção dos agricultores sobre o assunto abordado. Os formulários retratam as informações sobre o que as pessoas

sabem, crêem, desejam e esperam, além das explicações e razões dos fatos decorrentes. Categoriza-se uma pesquisa de campo, com amostra não probabilística pelo acesso aos informantes-chaves que indicam outros agricultores. Desse modo, a amostra dos agricultores foi selecionada compreendendo o Município de Cristina (MG) e o assentamento Bela Vista, em Iperó (SP), que são as duas regiões habitadas pelos agricultores familiares que comercializam com o Instituto Chão.

No total são 40 associados, dos quais 30 destes associados comercializam diretamente com o Instituto Chão. A amostra foi finalizada com 20 agricultores, 10 no município de Cristina (MG) e 10 no assentamento Bela Vista, em Iperó (SP), pelo método de saturação e repetição dos atores envolvidos. O período da pesquisa foram os meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019.

Ademais, foram realizadas visitas ao Instituto Chão, em seu espaço de feira livre, e nas propriedades dos agricultores familiares, possibilitando recolhimento dos dados, entrevistas e fotografias das dinâmicas do trabalho rural. Portanto, pautaram-se pelo levantamento de campo dos dados primários de formulários semiestruturados que foram aplicados junto aos agricultores familiares e cooperados que comercializam diretamente com o Instituto. Os formulários têm a finalidade de captar o funcionamento e caracterizar os atores, suas estratégias de comercialização e associações. Os formulários foram submetidos e aprovados pelo Comitê de Ética na Pesquisa e foram aprovados conforme parecer favorável realizada pela Plataforma Brasil.

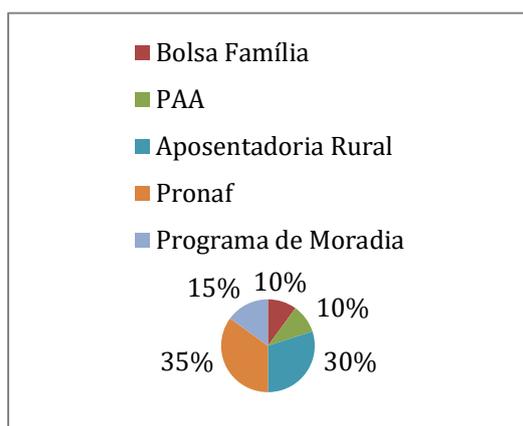
Resultados e Discussão

Em Iperó SP e Cristina MG, foram selecionados agricultores familiares que comercializam diretamente com a associação Instituto Chão, que tem como iniciativa formalizar um escoamento de produção, permitir uma maior diversificação de rendimentos, elevar a renda e ampliar a permanência do agricultor no campo através de melhorias e investimento na infraestrutura rural.

Nos resultados e discussão foram selecionadas as variáveis que analisam a compreensão do fenômeno estudado. Os programas sociais são de extrema importância para as camadas mais vulneráveis da sociedade. Quando abordamos o campo, os auxílios do Estado contribuem com as melhorias socioeconômicas do agricultor.

Entretanto, a Figura 1 mostra que apenas 35% dos entrevistados obtiveram acesso ao Pronaf, 30% têm aposentadoria rural, 10% têm acesso à Bolsa Família, 15% têm acesso aos programas de moradia e 10% participam do PAA.

Figura 1 - Benefício Social dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).



Fonte Formulário Aplicado a
Agricultores\as do Instituto Chão,
Iperó\SP e Cristina\MG (2019)

Dessa forma, os agricultores familiares pesquisados buscam na comercialização com Associações e Feiras Livres a sua sobrevivência devido às dificuldades de acesso aos programas sociais e por terem mais segurança e facilidade nas vendas com esses canais de comercialização.

“Os programas governamentais que garantissem a produção dos pequenos produtores, reconhecendo o custo de produção, que dê melhoria de vida para a família e produtor rural e agricultora, como seres e cidadão, o homem, a mulher e os jovens que estão no campo, e preciso pensar numa política, ou seja, reorganizar os financiamentos, pensando na família, como um ser, dona da terra, mas como todos os seres que trabalham cidadão livre e também ter sua renda garantida” (AGRICULTORA 12, Cristina MG 2019)

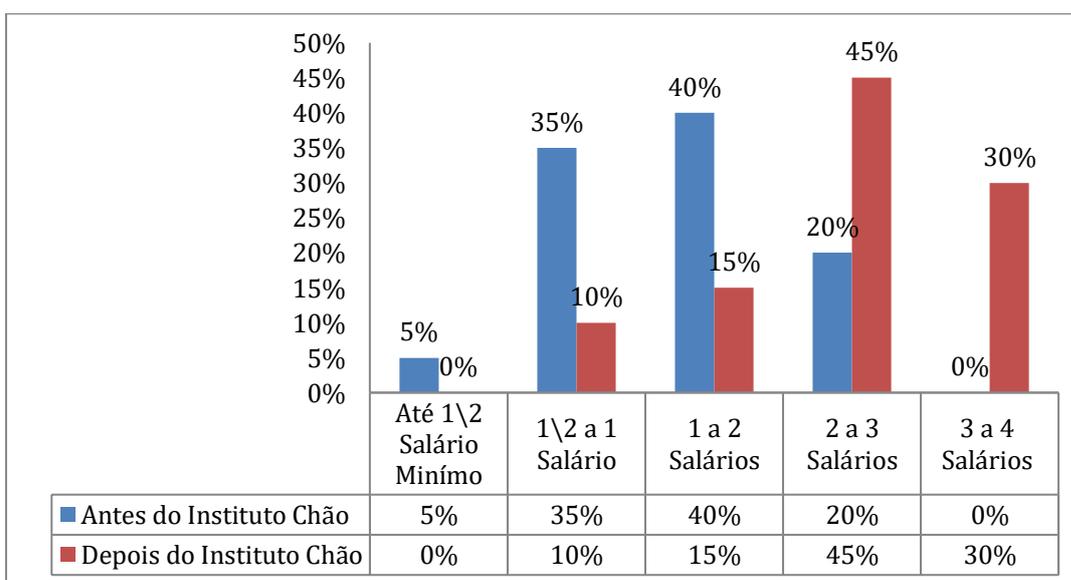
“Vários agricultores que mandam para o Instituto Chão garante pelo menos a comercialização desses agricultores nesse período, e não tem nenhum outro que estaria fazendo não suficiente o valor agregado para melhorias para o agricultor, mas de ele paga mais do modo geral. Os Programas PAA e PNAE, que tinham um volume maior de produção, quando acaba esses programas só ficamos com as associações e feiras livres” (AGRICULTOR 10, Iperó SP 2019)

Os agricultores familiares avaliam que os programas governamentais são importantes para a manutenção do trabalho no campo, e, com a diminuição desses programas, a comercialização com as associações, como exemplo o Instituto Chão mostrou-se uma alternativa de produção e renda.

Segundo o Censo do IBGE (2010), 35,6% da população de Cristina (MG) tem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. E na população de Iperó, 39,7% têm rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. No Censo do IBGE (2017), 14,0% da população ocupada de Cristina tem rendimento de 1,6 salários mínimos, e 16,3% da população ocupada de Iperó tem rendimento de 2,3 salários mínimos. Assim, segundo os dados do IBGE (2017), pequena parte da população tem rendimento acima de um salário mínimo.

A Figura 2 apresenta os rendimentos das famílias estudadas na pesquisa. Percebe-se que, antes da comercialização com o Instituto Chão, 40% dos agricultores detinham renda de 1 a 2 salários mínimos, 35% de 0,5 a 1 salário mínimo, 20% de 2 a 3 salários mínimos e 5% de 0,5 salário mínimo. Após a participação no projeto do Instituto Chão, 45% dos agricultores apresentaram um rendimento de 2 a 3 salários mínimos, 30% de 3 a 4 salários mínimos, 15% de 1 a 2 salários mínimos e 10% de 0,5 a 1 salário mínimo.

Figura 2 - Renda familiar dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG) antes e depois da Comercialização com o Instituto Chão.



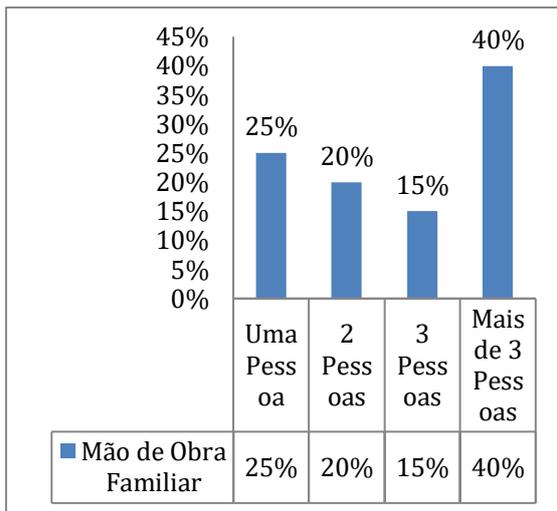
Fonte: Formulário Aplicado a Agricultores\as do Instituto Chão, Iperó\SP e Cristina\MG (2019)

Os dados apresentados antes da comercialização com o Instituto Chão mostram que 40% dos agricultores familiares detinham a maior parte de sua renda em torno de 1 salário a 2 salários e 35% de 1\2 salário mínimo. Com a entrada dos agricultores na associação, houve aumento da renda sendo que 45% dos agricultores pesquisados se enquadram na faixa de renda de 2 a 3 salários e 30% de 3 a 4 salários.

Desse modo, os agricultores familiares de Cristina (MG) e Iperó (SP) constatam que a comercialização com o Instituto Chão trouxe uma maior renda, segurança e regularidade das vendas. Os estudos de Meneghetti (2017) e Bezerra (2017) dissertam que as dificuldades dos agricultores em acessar as compras governamentais os levaram a buscar alternativas nas cooperativas, entretanto muitos desses trabalhadores não tendo a estrutura mínima (adequação sanitária, gestão e logística) não conseguem ampliar e inovar a sua produção. Assim, as associações\cooperativas surgem nesse cenário como um instrumento de apoio, sendo o Instituto Chão uma associação que incorpora práticas de economia solidária e auxílio para a permanência desses agricultores no mercado orgânico e convencional. Portanto, com a melhoria de renda e maior regularidade nas vendas, os agricultores passaram a trabalhar no campo.

A Figura 3 ilustra que 40% da mão de obra familiar é composta por mais de 3 pessoas da mesma família, 25% por uma pessoa da mesma família, 20% duas pessoas e 15% afirmaram o total de 3 pessoas da mesma família.

Figura 3 - Mão de obra familiar dos agricultores dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).

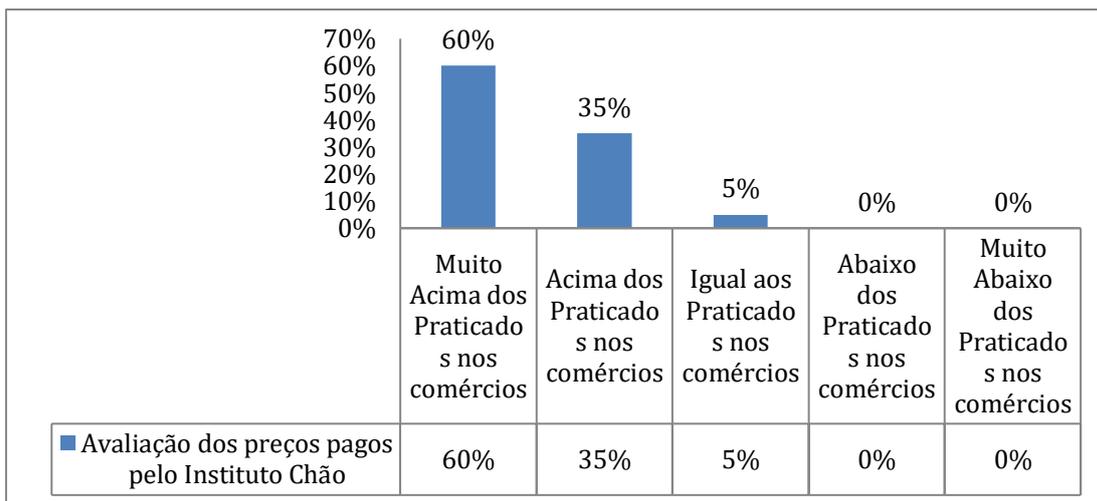


Fonte: Formulário Aplicado a Agricultores\as do Instituto Chão, Iperó\SP e Cristina\MG (2019)

Nesse quesito, os dados coletados demonstram a importância do trabalho de agricultores familiares no campo desde o cultivo, a parte administrativa e a própria logística dos produtos para a venda em Associações e Feiras Livres. Desse modo, trabalhos como o de Coradini (2015), Breitenbach (2018) e Baggio (2018) comentam sobre o aumento exponencial de pessoas da mesma família trabalhando no campo, através da comercialização com as associações e feiras, e essas relações de trabalho têm uma melhoria significativa devida à combinação de preços pagos que atendem as necessidades básicas e estruturais do agricultor familiar. Assim, contribuindo para uma maior diversificação de rendimentos.

Na avaliação dos preços pagos aos agricultores, a Figura 4 demonstra que 60% dos entrevistados responderam que o valor pago está muito acima dos praticados no comércio, 35% está acima dos praticados no comércio e 5% igual aos praticados no comércio.

Figura 4 - Avaliação dos preços pagos pelo Instituto Chão aos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG).

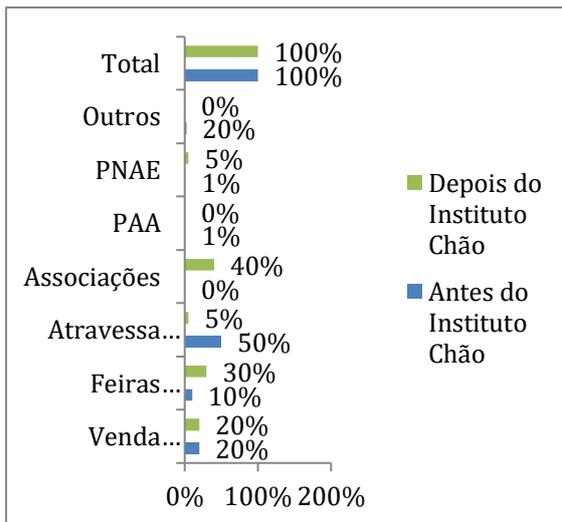


Fonte: Formulário Aplicado a Agricultores\as do Instituto Chão, Iperó\SP e Cristina\MG (2019)

De acordo com a pesquisa, os agricultores relataram que o valor pago pelo Instituto está acima do mercado convencional, além de possibilitar maior segurança na aquisição desses produtos. Nessa comercialização, o Instituto em diálogo com os agricultores estabelece uma data na semana e a comercialização segue a lógica da demanda que os agricultores podem vender para a Associação, assim tendo a confiança e a credibilidade de receber pontualmente a sua produção.

Nessa análise sobre as formas de comercialização entre agricultores e o Instituto Chão, a Figura 5 mostra que antes da inserção do Instituto, 50% dos agricultores comercializavam com atravessadores, 20% com venda direta, 2% outro, 1% com o PAA e 1% com o PNAE. Com a entrada do Instituto Chão na comercialização, com os agricultores, 40% dos agricultores realizaram a venda para associações, 30% para as feiras livres, 20% para as vendas diretas, 5% por meio de atravessador e 5% dos agricultores utilizaram o PNAE para a comercialização.

Figura 5 - Formas de comercialização dos agricultores familiares dos municípios de Iperó (SP) e Cristina (MG) nos meses de novembro de 2019 a dezembro de 2019 em %.



Fonte: Formulário Aplicado a Agricultores/as do Instituto Chão, Iperó/SP e Cristina/MG (2019)

Na questão da comercialização, observa-se que antes do Instituto Chão os agricultores familiares dependiam de atravessadores que muitas vezes pagavam um preço muito abaixo do mercado, além de trazerem insegurança na aquisição diária desses produtos. Além disso, a sua demanda de produção se destinava a venda direta em supermercados, lojas orgânicas, e um pequeno percentual no PAA e PNAE que já sofria cortes e reajustes no período, como é demonstrado nos trabalhos de Dias (2015), Conceição (2015) e Collado (2018). Depois da entrada do Instituto Chão, os agricultores passaram exclusivamente a vender para as Associações que fazem parte da comercialização com o Instituto, como o Instituto Terra e o APAN-FÈ. Assim, foi percebido um percentual alto nas feiras livres e uma regularidade na venda direta. Portanto, com essa nova relação comercial entre agricultores familiares e uma associação possibilitou um aumento da diversidade nos cultivos, devido ao acordo de uma produção diversificada e praticada com os procedimentos da agricultura agroecológica, que prioriza técnicas de cultivo de aperfeiçoar o ecossistema total e não somente maximizar a produção, incluindo os componentes técnicos, ecológicos, socioculturais e econômicos.

Pela Tabela 1 é possível verificar que 100% dos entrevistados usaram a renda em despesas da família, 75% em construções, 60% em moradia, 55% em cursos de formação, 45% aquisição de pequenas máquinas e equipamentos, 35% em investimento agrícola, 20% aquisição de veículos, 15% em aquisição de bens duráveis e 10% aquisição de animais.

Tabela 1- Quantidade de agricultores familiares por tipo de investimento com a renda provinda do Instituto Chão (%).

Renda obtida com Instituto Chão investida na propriedade	Quant. Agricultor Total	Agricultor/tipo de investimento	%
Infraestrutura da moradia/conforto	20	12	60
Infraestrutura produtiva (construções);	20	15	75
Aquisição de Máquinas e equipamentos	20	9	45
Aquisição de veículo	20	4	20
Aquisição de animais	20	2	10
Em curso de formação	20	11	55
Investimento agrícola	20	7	35
Despesas da família	20	20	100
Aquisição bens domésticos (duráveis)	20	3	15

Fonte: Formulário Aplicado a Agricultores\as do Instituto Chão, Iperó\SP e Cristina\MG (2019).

Além disso, pela Tabela 1 é possível verificar as reais necessidades dos agricultores familiares que utilizam seus recursos para a despesa da família, usando o que cultivam para a própria subsistência. Outro importante investimento para o agricultor familiar é aperfeiçoar sua horta, seu manejo, sua irrigação e estufa para poder ampliar a demanda de produtos a serem vendidos, além das melhorias na propriedade e cursos específicos de agroecologia.

A Tabela 2 relata as respostas dos agricultores familiares referentes às questões sobre melhoria de renda nas atividades do campo por meio da comercialização com o Instituto Chão.

Tabela 2 - Resposta às abordagens sobre as mudanças na renda familiar por meio da comercialização com o Instituto Chão.

Depoimentos dos agricultores

Sim, preço melhor na compra e mais interessante (Agricultor, 1).

Sim, na qualidade do alimento e nas próprias relações de trabalho (Agricultor, 2).

Sim, mais relações entre associações, consumidores e produtos (Agricultor, 3).

Sim, valor na mercadoria e no trabalho, valoriza o agricultor (Agricultor, 4).

Sim, melhorou (chega ao consumidor o preço mais baixo, aumento da demanda (Agricultor, 5).

Sim, ficou mais fácil se estabelecer no mercado e quantificar o preço da produção (Agricultor, 6).

Sim, especificamos o preço do que o consumidor pode pagar, além de contribuir para a melhoria do homem do campo (Agricultor, 7).

Sim, novas formas de ajuda e fortalecimento dos agricultores, que agora tem a confiança que seus produtos serão vendidos e pagos (Agricultor, 8).

Sim, pagam um valor justo e assim podemos investir no bem estar da família (Agricultor, 9).

Sim, sem a variação do mercado, temos a certeza do recebimento justo do que produzimos (Agricultor, 10).

Sim, o desenvolvimento das atividades no campo (Agricultor, 11).

Sim, contribuiu para os preços que estão um pouco acima do mercado, não tem oscilação e um maior planejamento para a comercialização (Agricultor, 12).

Fonte: Formulário Aplicado a Agricultores\as do Instituto Chão, Iperó\SP e Cristina\MG (2019)

Desse modo, observa-se pelos relatos da Tabela 2 que os agricultores familiares que participam da comercialização com o Instituto Chão tiveram uma melhoria na renda familiar através de práticas da economia solidária. Assim, o preço estipulado beneficia tanto o produtor rural quanto o consumidor. O Instituto Chão reúne uma rede de fornecedores com parceiros de produção artesanal ou orgânica, preferindo sempre aqueles com arranjos sem exploração de mão de obra. Assim, postando um valor justo tanto para o produtor rural quanto pelos que compram, há uma maior valorização do

produto rural. Dentro dessa perspectiva, os agricultores encontram nas feiras livres e associações uma alternativa de venda para os seus produtos. Os serviços prestados por essas formas de comercialização geram um maior desenvolvimento rural, incentivo ao manejo de pequenas produções, geração de renda e economia solidária. O comércio justo e solidário destaca-se pelo entendimento da necessidade do agricultor, a sua logística, assistência técnica, investimento na propriedade, relações do mercado local e a segurança de receber o pagamento.

Além disso, beneficia a própria qualidade do alimento que passa pela relação do trabalho, bem como permite formar uma rede de apoiadores que passam a produzir tendo a garantia de suas vendas e recursos para a subsistência e mecanismo de venda para os agricultores.

Considerações finais

O presente trabalho apresentou uma análise do desenvolvimento rural dos agricultores familiares do Assentamento Bela Vista Iperó (SP) e Cristina (MG) que comercializam com o Instituto Chão em São Paulo e também procurou verificar se por meio da comercialização com o Instituto, houve maior inclusão e melhoria de renda destes agricultores. A presente pesquisa é importante, pois se constatou uma melhoria de renda, presença da mão de obra familiar no campo, preço pago pelo Instituto aos agricultores acima do mercado, investimento nas despesas da família e na infraestrutura produtiva.

Os resultados da pesquisa contribuem para a literatura no aspecto de formular novas formas de produção e comercialização. Portanto, a pesquisa concorda com Niederle (2011) e Beckett (2019) sobre a importância de um cultivo diversificado, entretanto, busca analisar se a própria variedade produtiva pode ser uma estratégia de subsistência e melhoria de renda para estes agricultores que preferencialmente comercializam com associações. Assim, o presente trabalho propõe e mostra que as associações auxiliam a permanência e condições socioeconômicas para os agricultores familiares, mas é necessário incorporar políticas públicas que tenham mais facilidade e adesão de recursos para a produção de pequena escala. O Instituto Chão destaca-se pela comercialização solidária, práticas da economia solidária e preços voltados a beneficiar

a agricultura familiar. Portanto, são necessários novos trabalhos sobre as novas formas de comercialização entre agricultores familiares e associações.

Portanto, conclui-se que a comercialização entre o Instituto Chão e os agricultores familiares pesquisados tem resultados positivos para o desenvolvimento rural, inclusão da mão de obra familiar, investimento em técnicas que utilizem a agroecologia, e o preço de compra que possibilita um conjunto de atividades econômicas organizadas sob forma de autogestão do produto rural e a melhoria de renda.

Agradecimento

Agradecimento ao Instituto Chão e aos agricultores familiares que contribuíram com o levantamento dos dados e pela recíproca acolhida nas visitas de campo.

A Universidade Federal de São Carlos- Campus de Araras.

E o Agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

Referências

ALVES, M. O. **Instituto Chão: Modelo de Negócio Sustentável e Percepção do Consumidor**. 16º Congresso Nacional de Iniciação Científica. ConicSemesp, 2016.

ASSIS, R. L. de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto , v. 10, n. 1, p. 75-89, Mar. 2006 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502006000100005&lng=en&nrm=iso. access em: 09 feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502006000100005>.

BAGGIO, C. A; KUHL, M. R. Determinantes na apropriação de valor em inovações na agricultura familiar. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.48, n.3, e20170291, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-847820180003009011&nrm=iso> Acesso em 06 de setembro de 2020. Epub 26 de março de 2018. Doi. <https://doi.org/10.1590/0103-8478cr20170291>.

BECKETT, A. *New Left Economics: how a network of thinkers is transforming capitalism*. Disponível em: <https://theguardian.com/news/2019/jun/25/the-new-left-economics-how-a-network-of-thinkers-is-transforming-capitalism> Acesso em: 06/12/2019.

BEZERRA, G. J; SCHLINDWEIN, Madalena Maria. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 1, p. 3-15, Mar. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000100003&lng=en&nrm=iso>. acces em: 09 feb. 2020. [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042x-2016-v.18-n.1(01)).

BRANDÃO, J.B; ARBAGE, A.P. A gestão da cadeia de suprimentos das redes regionais de varejo de frutas, legumes e verduras no Rio Grande do Sul: um estudo multicaso. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.23, n.3, p. 51-68. 2016.

BREITENBACH, R. Participação econômica das atividades de subsistência na agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.1, p.53-68, jan, 2018. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/6780>>. Acesso em: 06 set. 2020. Doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.6780>.

CANEPELLE, E; STEINHAUS, J. C; KEMPERBACK, P. I; SIPPERT, L; DA SILVA, D. M; REDIN, M; GEHELEN BOHRER, R. E; GUERRA, D. Análise evolutiva sócia produtiva de alimentos na agricultura familiar no município de crissiumal- RS. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, Viçosa, MG, v. 8, n. 2, ago. 2018.

Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (**IBGE**).

COELHO, S. L. **Justice in business and the moral choices of consumption: the case of Fair Trade consumers**. Sociologia, Porto, n. tematico5, p. 15-40, Dec. 2015. Available from <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0872-34192015000200003&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Dec. 2019.

COLLADO, A; SCHWAB D. N, F. Uma análise da economia social solidaria em experiência de agricultura familiar: estudo de casos da COOPAECIA e da ECONORTE. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 48, p. 69-87, jul. 2018. ISSN 1982-6729. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/13133>>. Acesso em: 25 jul. 2020. Doi: <https://doi.org/10.17058/cepe.v0i48.13133>.

CONCEIÇÃO, B; ALVES, A; CARNELLO, F; SANTOS, M; MOACIR, J; VIEIRA, E. T. Economia solidária: alternativas para o desenvolvimento em São José do Barreiro/SP. **DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate**, 2018 5(2), 188-206. <https://doi.org/10.24302/drd.v5i2.871>.

CORADINI, I. Os jovens agricultores familiares e a reprodução geracional na agricultura familiar: estudo de caso dos jovens residentes no município de faxinal do Soturno- Brasil. **Mundo Agrário**. 2015. Disponível em: <http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a04>.

DIAS, V. da V. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambient. soc.**, São Paulo , v. 18, n. 1, p. 155-174, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2015000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso 25 July 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC841V1812015en>.

FARINA, J. H. Autogestão, economia solidária e organizações coletivistas de produção conjunta: em direção a uma precisão conceitual. **Cad. EBAPE.BR** , Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 629-650, julho de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-

39512017000300629&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395157778>.

FIGUEIREDO, E; MONTEBELLO, A, E, S; NORDER, L, A, C. Organização e práticas de economia solidária com agricultores familiares: o caso do instituto chão. **Brazilian Journal of Development**, v.6, p. 10348-10370, 2020.

GAZOLLA, M; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf de crédito e investimento no Rio Grande do Sul. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, março de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032013000100003>.

GRISA, C; NIEDERLE, P. Transferência, Convergência e Tradução de Políticas Públicas: A Experiência da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do Mercosul. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 62, n. 2, e20160099, 2011 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000200200&lng=en&nrm=iso>. Access on 26 Nov. 2019. Epub July 18, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/001152582019175>.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 45, n. 2, p. 301-328, junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>.

IBGE- **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2017. Disponível em: Acesso em: 28 jan. 2019.

MEDINA, G; NOVAES, E. Percepção dos agricultores familiares brasileiros sobre suas condições de vida. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 385-397, dezembro de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122014000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 fev. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-70122014000200016>.

MENEGHATTI, M. R; FARIÑA, L. O; BERTOLINI, G, R, F. Relação entre a cooperativa e Cooperado na agricultura familiar: a busca pela sustentabilidade econômica dos produtores de leite. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 108-126, abr. 2017. ISSN 2318-3233. Disponível em: <<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1176>>. Acesso em 14 out. 2019.

MOREIRA, F. G; SCHLINDWEIN, M. M. Relações de poder na sucessão da gestão na agricultura familiar: uma análise no Assentamento Santa Olga em Nova Andradina/MS. **Fronteiras**, [S.l.], v. 15, n. 27, p. 105-118, dez. 2013. ISSN 2175-0742. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4525>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

NIEDERLE, P. A ; GRISA, C . Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, p. 41-70, 2011.

NODARI, R. O; GUERRA, M. P. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, abril de 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso>. acesso em 14 de outubro de 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015000100010>.

SAMBUICHI, R.H.R.; GALINDO, E.P.; OLIVEIRA, M.A.C.; MOURA, A.M.M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, R.H.R.; SILVA, A.P.M.; OLIVEIRA, M.A.C.; SAVIAN, M. (Orgs.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília: Ipea, 2014. p. 75- 104.

SILVA, E. H. F. M. da; BERNARDES, E. M. Estrutura lógica como metodologia para avaliação de políticas públicas: uma análise do Pronaf. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 48, n. 3, p. 721-743, June 2019 .

Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122014000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121439>.

SILVA, J. L. G; DE PAULA, M. M. Articulação dos atores institucionais no desenvolvimento da agricultura familiar no Sudoeste Goiano. **Redes** (Santa Cruz do Sul. Online), Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 1, p. 92-110, jan. 2018. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8465>>. Acesso em: 03 set. 2019. Doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.8465>.

Solano, S. L. T. **Os agricultores familiares e suas estratégias de gestão: o PRONAF B no território Açu-Mossoró (RN)** / Sarah Laurentina Tomaz Solano. - 2017. 86 f. : il.

UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVISTAS SOLIDÁRIAS (UNICOPAS). **Cooperativismo em pauta. Unicafes Nacional**, 2017. Disponível em <https://issuu.com/unicafesnacional/docs/unicopas_cooppauta/4> Acesso em 05 nov. 2019.

VALADARES, A. A. A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**. Brasília: IICA, 2012, p. 259-286.

YIN, R, K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** \ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2.ed. – Porto Alegre :Bookman, 2001.

Recebido em: 10/11/2022

Aprovado em: 15/12/2022

Publicado em: 22/12/2022